

estudos e pesquisas

Ano 3 – Nº 24 – setembro de 2006

A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos



A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos

No Brasil, as profundas transformações pelas quais a economia vem passando dificultam a inserção ocupacional da força de trabalho, sobretudo da população jovem. No contexto de um elevado excedente de mão-de-obra, os jovens em idade de trabalhar¹ constituem um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho e para quem o problema do desemprego é mais latente. Nesse sentido, mesmo quando o jovem consegue uma ocupação, verifica-se que esta apresenta características diferenciadas – normalmente é menos regular e mais precarizada.

O problema da inserção ocupacional torna-se mais grave para jovens com determinados atributos pessoais, principalmente, para aqueles oriundos de famílias de menor renda.

Conforme mostram os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –, realizada pelo DIEESE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Ministério do Trabalho e Emprego/FAT e governos locais, em cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal, os jovens enfrentam grandes dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Quando ocupados, suas inserções variam em função da renda familiar, quanto à possibilidade de freqüentar escola, ao setor de atividade econômica em que trabalham, a forma de inserção, rendimentos, jornada de trabalho e região de domicílio.

Assim, as diretrizes e os programas para a inclusão no mercado de trabalho e a formação profissional dos jovens não podem deixar de levar em consideração as desigualdades de oportunidades segundo a condição familiar deste segmento da população.

1. Os jovens em mercados de trabalho metropolitanos

Em 2005, no Distrito Federal e nas cinco regiões metropolitanas em que a PED é realizada, a população jovem, entre 16 e 24 anos, somava 6,5 milhões de pessoas, correspondendo a 23,8% da população acima de 16 anos residente nestas áreas. Deste contingente, grande parte - 4,6 milhões - fazia parte da força de trabalho local, na condição de ocupados ou de desempregados. Tais informações mostram que é expressiva a presença deste segmento na População Economicamente Ativa (PEA) com mais de 16 anos, representando um quarto dos trabalhadores (25,0%) - Tabela 1.

¹ Conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, o segmento juvenil representa uma parcela demográfica situada na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Nesse estudo, são considerados jovens os indivíduos com idade entre 16 e 24 anos. O limite de 16 anos refere-se à idade mínima legal estabelecida no Brasil para a participação no mercado de trabalho.

TABELA 1
Estimativa da população acima de 16 anos e jovens
de 16 a 24 anos, segundo condição de atividade
Distrito Federal e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte,
Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo- 2005

Condição de Atividade	Número de pessoas acima de 16 anos	Jovens de 16 a 24 anos	
		Número de pessoas	(%)
População	27.143	6.452	23,8
População Economicamente Ativa	18.489	4.629	25,0
Ocupados	15.248	3.157	20,7
Desempregados	3.241	1.473	45,5
Inativos	8.655	1.823	21,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Entre os ocupados com mais de 16 anos (15,2 milhões), os jovens representaram uma proporção de 20,7%, totalizando 3,2 milhões de pessoas. No entanto, quando se consideram os desempregados, a proporção é bem maior: entre os 3,2 milhões de desempregados acima de 16 anos nas regiões metropolitanas analisadas, 1,5 milhão de pessoas estavam na faixa etária entre 16 e 24 anos, o que significava 45,5% do total de desempregados acima de 16 anos.

A proporção de jovens na população total acima de 16 anos, em cada uma das regiões pesquisadas pela PED, não se diferencia de forma substancial. A distribuição espacial deste segmento da população indica que a parcela referente aos jovens, em relação ao conjunto da população com idade superior a 16 anos, variou entre 22,3%, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e 26,4% na de Salvador (Tabela 2).

TABELA 2
Estimativa da população acima de 16 anos e jovens de 16 a 24 anos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005

(em 1.000 pessoas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	População total acima De 16 anos (A)	Jovens de 16 a 24 anos (B)	B/A (%)
Belo Horizonte	3.542	870	24,6
Distrito Federal	1.642	431	26,3
Porto Alegre	2.833	631	22,3
Recife	2.646	636	24,0
Salvador	2.489	658	26,4
São Paulo	13.991	3.226	23,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

2. A evolução recente da inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos

O grau de inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos pode ser auferido por dois indicadores:

- i) a pressão exercida por essa população em seus respectivos mercados de trabalho, expressa pela taxa de participação² e;
- ii) a falta de oportunidades, expressa pela taxa de desemprego.

Conforme os dados da PED de 2005, verifica-se que a taxa de participação dos jovens foi bastante elevada e muito próxima da taxa das pessoas com 25 anos ou mais, embora os percentuais se diferenciassem nas regiões pesquisadas: as áreas do país que apresentam um mercado de trabalho mais dinâmico tendem a apresentar um engajamento mais expressivo dessa parcela da população. Assim, em São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal, a população jovem apresentou maior participação no mercado de trabalho, correspondendo a parcelas superiores àquelas registradas para o total da população com 25 anos e mais. Já em Recife e Salvador, a situação foi inversa, ou seja, os jovens participaram relativamente menos no mercado de trabalho, *vis-à-vis*, o total da população com 25 anos e mais (Tabela 3).

A desagregação das taxas de participação dos jovens segundo grupos de idade mostrou ainda que a inatividade é maior entre aqueles que têm entre 16 e 17 anos, decorrente, em parte do maior tempo dedicado à educação e também da preocupação generalizada com incremento da formação profissional. A participação também é menor entre as jovens, acompanhando, em geral, o padrão de inserção da população acima de 16 anos. Observa-se, porém, que as distâncias entre a participação de homens e mulheres são menores do que aquelas observadas para a população com idade acima de 16

² É a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

anos. Tal fato pode sugerir uma mudança de comportamento das novas gerações em relação à presença feminina no mercado de trabalho.

TABELA 3
Taxas de participação e de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos e
da população total acima de 25 anos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Taxas de participação		Taxas de desemprego		(em porcentagem)
	Jovens de 16 a 24 anos	População total acima de 25 anos	Jovens de 16 a 24 anos	População total acima de 25 anos	
Belo Horizonte	70,6	65,4	30,5	11,2	
Distrito Federal	72,4	72,6	35,4	12,4	
Porto Alegre	69,3	63,1	26,3	10,6	
Recife	55,2	58,6	39,9	17,0	
Salvador	66,3	69,0	41,4	18,3	
São Paulo	76,8	68,7	29,8	11,9	

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Em relação à taxa de desemprego dos jovens, verificou-se também que essa foi menor nas regiões metropolitanas com mercados de trabalho mais dinâmicos (Porto Alegre, 26,3%) e maior nas regiões com mercados de trabalho adversos (Salvador, 41,4%). Contudo, em contraposição à taxa de participação, que se apresentou praticamente nos mesmos patamares para jovens e para a população acima de 25 anos, a taxa de desemprego chegou a ser mais de duas vezes superior entre os jovens quando comparada à taxa de desemprego para a população com mais de 25 anos.

Tais dados evidenciam que os jovens buscam efetivamente uma oportunidade de trabalho, assim como o conjunto da população economicamente ativa. Entretanto, sua dificuldade é mais acentuada, expressa através das elevadas taxas de desemprego, uma vez que concorre com pessoas com maior experiência profissional e maior vivência no mundo de trabalho.

Neste contexto, a falta de perspectiva profissional para a juventude se destaca como um dos principais fatores de desagregação social no período atual brasileiro. Entre os jovens, as maiores taxas de desemprego foram observadas, principalmente, entre aqueles entre 16 e 17 anos e entre os do sexo feminino.

Entre 2004 e 2005, a taxa de participação dos jovens decresceu em quase todas as regiões pesquisadas, com exceção de São Paulo, onde houve oscilação positiva. Esse discreto aumento na inatividade vem acompanhado de quedas substanciais (que chegam a atingir -10,2% em Porto Alegre) nas taxas de desemprego em todas as seis regiões consideradas no estudo (Tabela 4). A explicação para o aumento do número de jovens inativos pode estar na preocupação com a escolaridade combinada com o desalento, mas também pode ser resultante da redução do desemprego para os

chefes de família, do discreto aumento da renda familiar dos mais pobres e também das políticas públicas em geral.

TABELA 4
Taxas de participação e de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2004 e 2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Taxas de participação		Taxas de desemprego	
	2004	2005	2004	2005
Belo Horizonte	71,8	70,6	34,1	30,5
Distrito Federal	72,8	72,4	38,0	35,4
Porto Alegre	70,3	69,3	29,3	26,3
Recife	58,5	55,2	41,7	39,9
Salvador	67,5	66,3	42,8	41,4
São Paulo	76,7	76,8	32,6	29,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

3. A ocupação juvenil nos mercados de trabalho metropolitanos

Nas regiões analisadas, os jovens ocupados somam 3.157 mil pessoas e equivalem a 20,7% do total de ocupados de 16 anos e mais (Tabela 1). Nessas regiões, a proporção de jovens ocupados é semelhante e variou entre 17,7% (Recife) e 21,6% (Belo Horizonte) - Tabela 5.

TABELA 5
Estimativa da população ocupada acima de 16 anos e jovens de 16 a 24 anos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005

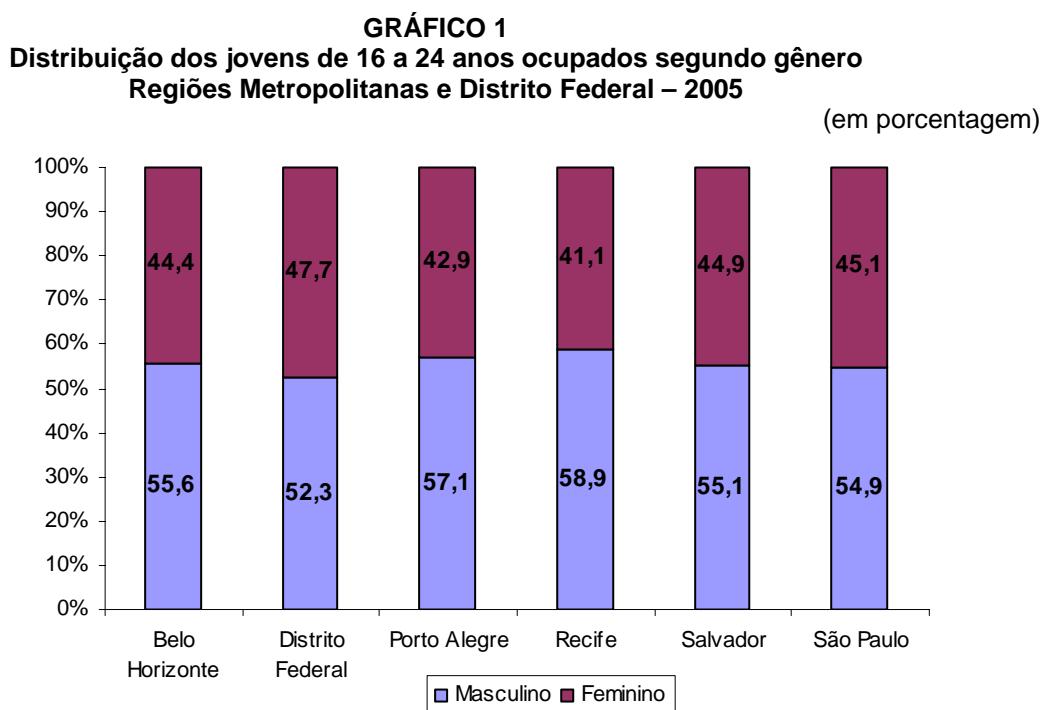
(em 1.000 pessoas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	População total acima De 16 anos (A)	Jovens de 16 a 24 anos (B)	B/A (%)
Belo Horizonte	1.980	427	21,6
Distrito Federal	972	202	20,8
Porto Alegre	1.564	322	20,6
Recife	1.187	211	17,7
Salvador	1.288	256	19,9
São Paulo	8.258	1.740	21,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Entre os jovens, também se reproduz a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho verificada entre as mulheres, com algumas agravantes regionais e por faixas etárias explicadas por fatores culturais, sociais e econômicos. Em 2005, a proporção das ocupadas de 16 a 24 anos em relação ao total foi inferior à dos homens jovens ocupados em todas as seis regiões onde a PED é realizada. Os maiores percentuais das jovens no mercado de trabalho foram registrados em Recife (41,1%) e em Porto Alegre (42,9%), enquanto as participações mais equitativas para os jovens, em termos de gênero, foram verificadas no Distrito Federal (47,7%) e em São Paulo (45,1%) (Gráfico 1).



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

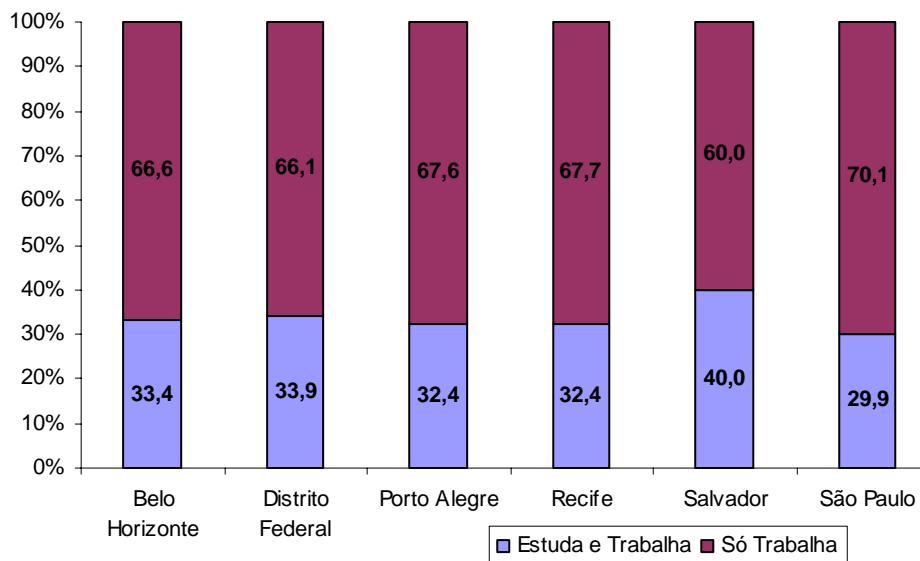
A inserção do jovem no mercado de trabalho dá-se de forma distinta, segundo a condição socioeconômica da sua família, como demonstram estudos do DIEESE. Diante disso, nos tópicos seguintes, são apresentadas as características do padrão de inserção ocupacional dos jovens, a partir da condição de renda da família a qual pertencem e apresentando a influência desse fator no perfil dos jovens ocupados.

Escola e trabalho

A fase compreendida entre 16 e 24 anos é das mais relevantes, uma vez que é nela que tendem a ocorrer a conclusão da formação escolar e o ingresso na vida profissional. Assim, os sucessos escolares e ocupacionais nessa faixa etária têm importância destacada e se refletem e/ou determinam o restante da vida do trabalhador.

A maioria dos jovens ocupados não conseguiu conciliar a formação escolar e profissional, nas seis regiões metropolitanas. A proporção de jovens ocupados que somente trabalha foi maior que a proporção de jovens que estuda e trabalha em todas as regiões investigadas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos ocupados segundo situação de trabalho e estudo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005
 (em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Os jovens de famílias de baixa renda encontram maior dificuldade para conciliar estudo e trabalho, como revela a análise da distribuição dos jovens ocupados segundo situação de trabalho e estudo por quartis de renda familiar. Em 2005, entre 69,4% (Salvador) e 78,9% (Distrito Federal) dos jovens ocupados que pertencem a famílias de menor poder aquisitivo (primeiro quartil³) somente trabalham. Para os jovens ocupados oriundos das famílias de maior poder aquisitivo (quarto quartil), uma proporção bem inferior, entre 46,8% (Distrito Federal) e 62,5% (Recife) somente trabalharam (Tabela 6).

³ O conjunto das rendas familiares é composto por quatro quartis:
 Grupo 1, ou 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar
 Grupo 2, ou 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1
 Grupo 3, ou 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2
 Grupo 4, ou 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

TABELA 6
Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo situação de trabalho e estudo
e por grupo de quartis do rendimento familiar mensal
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Grupos de Famílias			
	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	4º Quartil
Belo Horizonte	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	(1)	26,9	30,7	43,2
Só Trabalha	74,4	73,1	69,3	56,8
Distrito Federal	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	21,1	26,7	31,0	53,2
Só Trabalha	78,9	73,3	69,0	46,8
Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	24,2	23,6	27,9	45,5
Só Trabalha	75,8	76,4	72,1	54,5
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	30,0	26,9	31,1	37,5
Só Trabalha	70,0	73,1	68,9	62,5
Salvador	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	30,6	36,2	36,5	49,7
Só Trabalha	69,4	63,8	63,5	50,3
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	23,5	22,1	25,9	40,8
Só Trabalha	76,5	77,9	74,1	59,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/ Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-lepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

Valores em reais de abril de 2006

b) Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

A maior proporção de jovens ocupados possui o ensino médio completo em todas as regiões onde a PED foi realizada em 2005, oscilando entre 37,1% (Porto Alegre) e 47,9% (São Paulo). Os jovens ocupados com ensino fundamental incompleto (que engloba também os analfabetos) perfazem a segunda maior proporção no Distrito Federal (16,7%), Porto Alegre (17,1%), Recife (27,8%) e Salvador (21,9%). Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (18,9%) e São Paulo (15,9%), os com ensino médio incompleto somaram as segundas maiores parcelas (Tabela 7).

TABELA 7
Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo escolaridade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Escolaridade					
	Ensino fundamental incompleto (1)	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Belo Horizonte	14,2	11,1	18,7	43,7	9,7	(2)
Distrito Federal	16,7	11,0	15,5	39,6	13,2	3,9
Porto Alegre	17,1	14,4	16,0	37,1	13,7	(2)
Recife	27,8	9,8	13,5	40,1	7,5	(2)
Salvador	21,9	9,8	15,8	37,6	12,1	(2)
São Paulo	12,6	9,1	15,9	47,9	10,3	3,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em 2005, o ensino médio completo foi o nível de escolaridade mais freqüente entre os jovens ocupados pertencentes às famílias mais ricas (terceiro e quarto quartil). Já para os jovens ocupados das famílias com menores rendimentos mensais, o ensino fundamental incompleto⁴ foi predominante. Tais informações revelam a importância das condições financeiras familiares na formação escolar do jovem ocupado.

Setorial

Em todas as regiões pesquisadas pela PED em 2005, o setor Serviços foi o que mais empregou os jovens – até 61,9% dos jovens ocupados no Distrito Federal e 55,1% em Salvador; ainda que estas atividades sejam as preponderantes nas economias dos grandes centros urbanos. O segundo setor que mais teve jovens ocupados foi o comércio, em quatro das seis regiões investigadas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e Salvador) e a indústria, nas outras duas regiões (Porto Alegre e São Paulo) - Tabela 8.

⁴ Engloba o analfabetismo.

TABELA 8
Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Setor de atividade					
	Indústria	Comércio	Serviços	Emprego doméstico	Construção civil	Outros
Belo Horizonte	15,9	21,3	49,9	7,4	5,0	(1)
Distrito Federal	4,0	23,5	61,9	7,1	(1)	(1)
Porto Alegre	25,2	22,0	46,2	3,0	3,3	(1)
Recife	10,4	24,0	50,5	7,1	3,3	4,7
Salvador	10,4	21,3	55,1	7,2	(1)	(1)
São Paulo	22,1	20,6	48,2	5,3	3,4	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

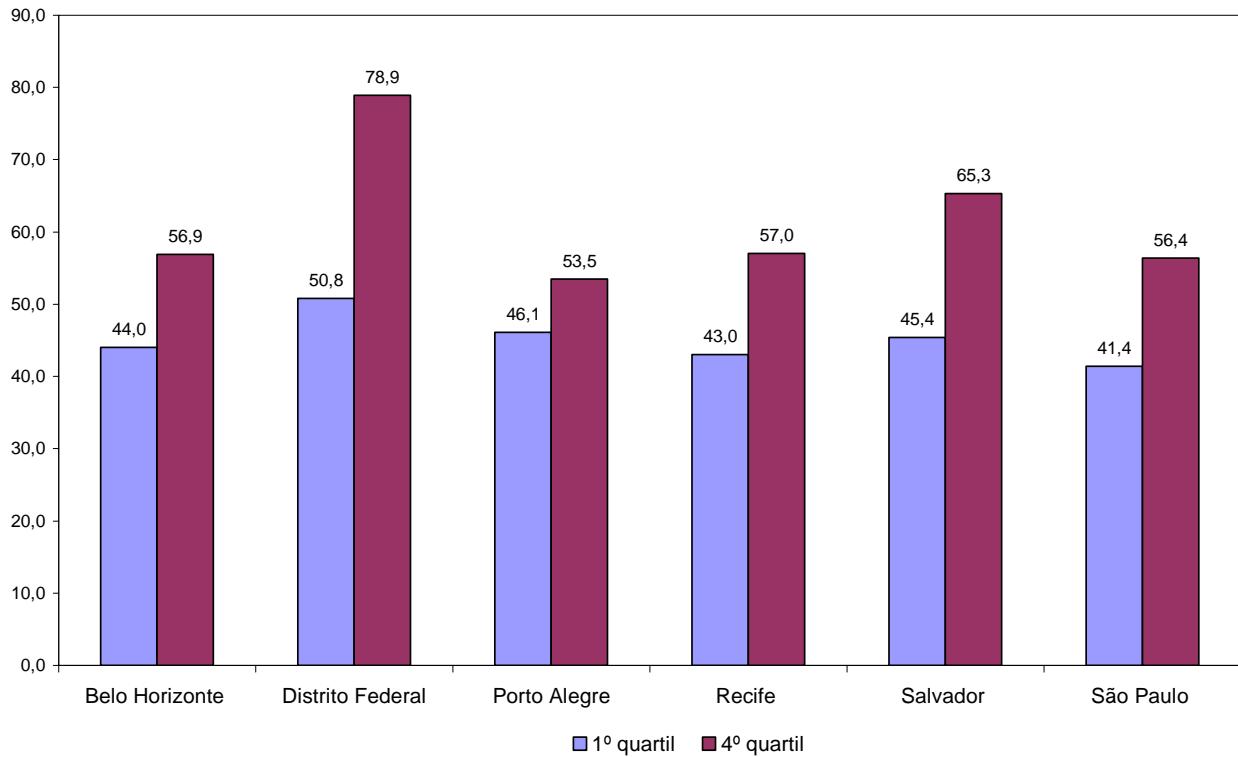
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Segundo os quartis de renda das famílias dos jovens ocupados nos serviços, verifica-se que, à medida que aumenta o rendimento da família, cresce também a proporção de jovens empregados nesse setor: a menor participação no primeiro quartil de renda foi encontrada em São Paulo (41,4%) e a maior no quarto quartil, no Distrito Federal (78,9%). Jornadas de trabalho mais flexíveis no setor de serviços, que permitem aos jovens das famílias mais ricas conciliar estudo e trabalho, podem ser um dos fatores para explicar a maior presença neste setor, já que no comércio e na indústria, a jornada tende a ser menos flexível (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Proporção dos jovens de 16 a 24 anos ocupados no setor de
Serviços e pertencentes ao 1º e ao 4º quartil de renda familiar
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005

(em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

Forma de inserção

Em 2005, em todas as regiões investigadas pela PED, a maioria dos jovens ocupados no mercado de trabalho era assalariada. A participação dos assalariados no total de jovens ocupados variou entre 69,8% (Recife) e 86,0% (Porto Alegre).

Entre esses, a maior parte trabalhou para o setor privado e com carteira assinada. As maiores proporções de jovens assalariados no setor privado com carteira assinada foram observadas em Porto Alegre (58,4%) e em Belo Horizonte (53,2%). As regiões com as menores proporções de jovens com essa forma de inserção foram Recife (36,9%) e Salvador (39,8%). São Paulo liderou a proporção de jovens assalariados do setor privado sem carteira assinada (27,6%). A participação dos jovens assalariados do setor público se destacou no Distrito Federal (10,2%). Em Salvador (18,6%) e Recife (17,5%), observou-se a existência de uma parcela maior de jovens ocupados como autônomos, ainda que na primeira região esses jovens trabalhassem diretamente para o público, e na segunda

desenvolvessem trabalhos prioritariamente para empresas. Por fim, a inserção do jovem como empregado doméstico foi maior em relação ao total de jovens ocupados, em Belo Horizonte (7,4%) e menor em Porto Alegre (3,0%). (Tabela 9)

TABELA 9
Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2005

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Assalariados				Autônomos				(em porcentagem)	
	Total	Setor privado			Setor público	Total	Trabalha para o público	Trabalha para empresas	Empregado doméstico	Outros
		Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada						
Belo Horizonte	79,0	72,9	53,2	19,7	6,1	12,5	7,9	4,6	7,4	(1)
Distrito Federal	80,0	69,8	49,0	20,8	10,2	9,8	5,2	4,6	7,1	(1)
Porto Alegre	86,0	78,0	58,4	19,6	8,0	7,7	4,5	3,2	3,0	(1)
Recife	69,8	61,2	36,9	24,3	8,6	17,5	8,4	9,1	7,1	(1)
Salvador	71,6	64,5	39,8	24,7	7,1	18,6	14,3	4,3	7,2	(1)
São Paulo	80,4	76,9	49,3	27,6	3,5	11,3	4,0	7,4	5,3	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em 2005, verificou-se que a formalização na contratação é maior na medida em que aumenta a renda familiar. Em todas as seis regiões investigadas pela PED, a proporção de jovens ocupados como assalariados - ocupação com remuneração mais regular e relação de trabalho relativamente mais estável – foi maior para aqueles de família com maior poder aquisitivo, que parece indicar que quanto maior a renda familiar, maior a chance de contratação com vínculo formal de trabalho. Em contrapartida, a proporção de jovens ocupados como autônomos – com menor regularidade de remuneração e relação de trabalho muito precária – diminui com o aumento da renda familiar. Ou seja, os jovens de famílias com poder aquisitivo mais elevado têm melhor inserção no mercado de trabalho.

Essa crescente vulnerabilidade na contratação dos jovens em função da renda familiar também foi observada quando se compara os assalariados de 16 a 24 anos do setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada. Em Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre, os jovens com vínculo de trabalho mais formal totalizaram mais que o dobro dos sem carteira e a formalização é uma realidade para todos os extratos de renda familiar. Nas outras regiões metropolitanas (Salvador, Recife e São Paulo), a parcela dos jovens sem carteira superou os com carteira para os ocupados pertencentes às famílias mais pobres (primeiro quartil). No caso dos jovens ocupados das famílias mais ricas (quarto quartil), a parcela de contratados com vínculo formal superou a dos sem carteira.

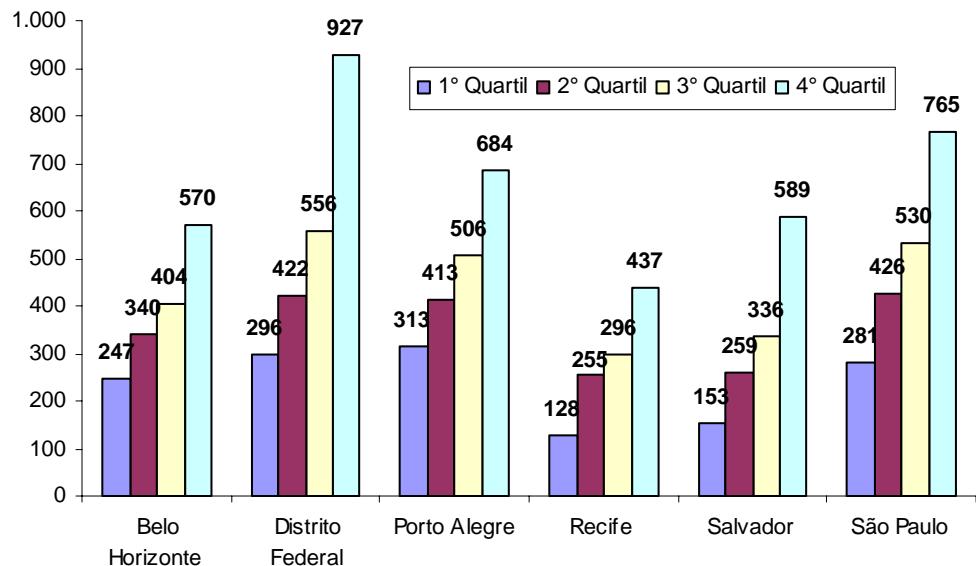
Rendimento

Foi muito elevada a diferença de remuneração entre os jovens ocupados das distintas regiões pesquisadas pela PED. Em 2005, enquanto em Recife o rendimento médio real mensal foi de apenas R\$ 318,00, no Distrito Federal atingiu R\$ 573,00, diferença de 80,2%. Entre esses rendimentos

extremos, situam-se Salvador (R\$ 378,00), Belo Horizonte (R\$ 426,00), Porto Alegre (R\$ 523,00) e São Paulo (R\$ 560,00).

Em 2005, em todas as regiões investigadas, a renda dos jovens ocupados é maior quanto mais elevado é o total de rendimentos das famílias. Isso é resultado da melhor preparação para o mercado de trabalho dos jovens das famílias com maior poder aquisitivo (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Rendimento médio real mensal dos jovens de 16 a 24 anos ocupados
segundo o grupo de quartis do rendimento familiar mensal
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005
 (em reais de abril de 2006)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Obs.: Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar
 Grupo 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1
 Grupo 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2
 Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

Jornada

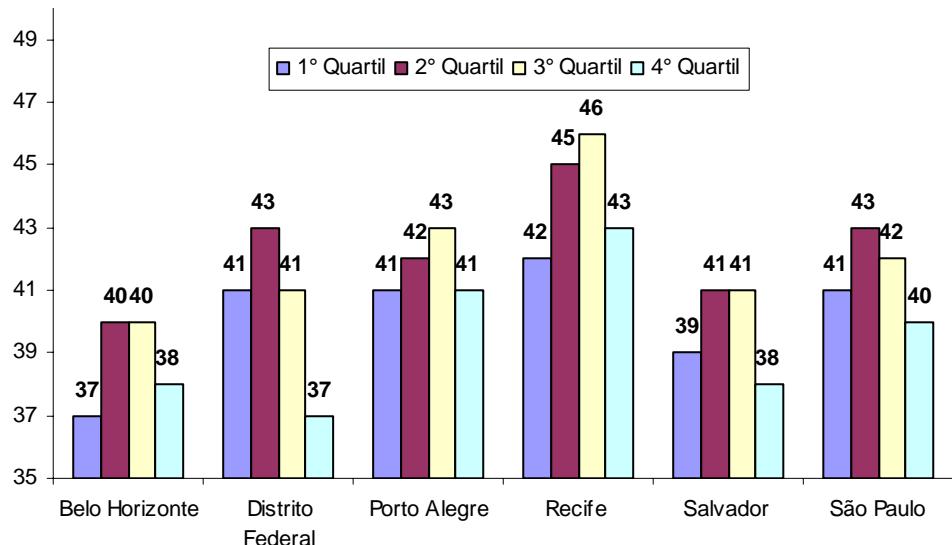
Em 2005, a jornada de trabalho média semanal foi muito alta para o conjunto dos jovens ocupados, principalmente, ao se considerar a possibilidade de conciliar trabalho e estudo, mesmo em Belo Horizonte, onde se registrou a menor jornada média semanal (39 horas). A maior jornada média semanal de trabalho para os jovens ocupados foi de 44 horas, em Recife – no limite da jornada máxima legal no Brasil. Outras regiões registraram jornadas médias semanais intermediárias entre esses dois limites: 40 horas em Salvador, 41 horas em São Paulo e no Distrito Federal e 42 horas em Porto Alegre.

Quanto aos quartis de renda familiar, observou-se que as maiores jornadas médias semanais foram registradas nos extratos de renda intermediários, ou seja, nem entre os pertencentes às famílias 25% mais ricas nem às 25% mais pobres, mas nas famílias que se situam entre esses dois grupos

extremos. Em três regiões investigadas – Distrito Federal, Salvador e São Paulo – a jornada média semanal dos jovens do primeiro quartil, ou de menor renda, superou a daqueles pertencentes ao quarto quartil (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Jornada média semanal dos jovens de 16 a 24 anos ocupados segundo o grupo de quartis do rendimento familiar mensal
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005

(em horas)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

4. Considerações finais sobre a ocupação juvenil nos mercados de trabalho metropolitanos

Apesar da grande presença na força de trabalho, mais de um quarto dos jovens de 16 a 24 anos enfrenta dificuldades para encontrar trabalho. Em geral, o jovem ocupado é do sexo masculino, possui ensino médio completo, tem dificuldade de conciliar trabalho e estudo, desenvolve suas atividades no setor de serviços, cumpre uma extensa jornada de trabalho (acima de 39 horas em todas as regiões analisadas), é assalariado e tem carteira de trabalho assinada. O rendimento é muito variável, situado entre um e dois salários mínimos.

Contudo, é nítida a desigualdade de oportunidades ocupacionais quando se leva em consideração o grupo de renda familiar a que pertence esse jovem ocupado. Notadamente, a realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias mais pobres situa-se muito aquém desse perfil, uma vez que a grande maioria apenas trabalha e não estuda, possui o ensino fundamental incompleto e recebe

rendimentos médios inferiores a um salário mínimo. A realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias com melhor poder aquisitivo apresenta níveis superiores ao perfil médio esboçado – apesar de também revelar traços preocupantes como a extensa jornada de trabalho.

É clara a influência da condição de renda da família sobre o perfil ocupacional dos jovens e, a partir dessa constatação, é importante a elaboração de políticas públicas que, de um lado, promovam uma melhor distribuição da renda no País e, de outro, busquem o desejável equilíbrio entre a formação escolar e profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho.

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Carlos Eli Scopim – Diretor
STI. Metalúrgicas de Osasco
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Nelson de C. Karam – coordenador técnico de relações sindicais
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos

Equipe técnica responsável

Ana Margaret Simões
Ana Paula Sperotto
Antonio Ibarra
Carlindo Rodrigues de Oliveira
Edgard Fusaro
Eduardo Miguel Schneider
Lúcia Garcia
Mário Rodarte
Nelson de Chueri Karam
Patrícia Lino Costa
Geni Marques/Iara Heger (revisão)
Jairo Santiago